



FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A, vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

O ano de 2016 foi difícil para o Brasil em função da continuidade da crise econômica e política. O Produto Interno Bruto caiu pelo segundo ano consecutivo, a taxa de desemprego atingiu cerca 12,0% e a dívida pública federal subiu 11,4%, atingindo R\$ 3,11 trilhões. Para 2017, há uma expectativa de que o PIB do país volte a crescer 0,5% em relação ao ano anterior, sendo que o agronegócio será importante para a recuperação da economia brasileira também em função da safra recorde de grãos esperada para o ano.

O Brasil produziu uma safra de grãos de 186 milhões de toneladas em 2016, uma redução ante os 209 milhões de toneladas de 2015 por conta do impacto climático em algumas regiões produtoras do país, mas apesar disso, obteve um superávit comercial do agronegócio de USD 70 bilhões. Quase metade das exportações do Brasil em 2016 foram exportações oriundas do agronegócio, como soja, carnes, café, açúcar entre outros.

As entregas de fertilizantes no Brasil em 2016 foram de 34,1 milhões de toneladas, 12,9% superiores às de 2015, de 30,2 milhões de toneladas, um novo recorde. A boa relação de troca produtos agrícolas vs fertilizantes foi a principal responsável pelo aumento do consumo aliado à expectativa climática favorável. Também por conta do aumento do consumo de fertilizantes em 2016, há uma expectativa de elevação na produção de grão do Brasil para 219 milhões de toneladas em 2017, um recorde.

Atendendo as mais variadas culturas em praticamente todas as regiões produtoras do país, a Heringer obteve um faturamento líquido em 2016 de R\$ 5,2 bilhões, com um volume entregue de 4,3 milhões de toneladas de fertilizantes aos seus cerca de 40 mil clientes. O EBITDA atingiu R\$ 250 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 43,2 milhões em 2016. A Companhia desenvolve suas atividades visando, além do atendimento aos clientes com produtos de qualidade, difundir as melhores práticas de adubação, baseada na proteção ambiental e possibilitando expandir a produção e aumentar a rentabilidade dos agricultores.

Os produtos especiais desenvolvidos pela Heringer proporcionam resultados agrônômicos superiores, o que aliado a um atendimento personalizado aos clientes, têm contribuído para o crescimento de sua participação no mercado brasileiro de fertilizantes e para a melhoria da competitividade, ao viabilizar a venda de produtos de maior valor agregado.

O foco da Heringer tem sido incrementar as vendas dos produtos especiais (linhas solo, fertirrigação e foliar), que atingiram uma participação de 49% do total das entregas da Companhia em 2016 com um volume de 2,1 milhão de toneladas, um crescimento de 11,4% em relação a 2015, um novo recorde. Em 2016, foi divulgado o quinto Relatório de Sustentabilidade, uma oportunidade de aumentar o engajamento de todos nas questões envolvendo a sustentabilidade, além da divulgação dos indicadores, metas a serem alcançadas e das realizações da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Para 2017, a expectativa é que o mercado brasileiro de fertilizantes deva atingir um volume de entregas de 35 milhões de toneladas , com um crescimento próximo a 3,0% ante 2016 por conta da boa relação de troca fertilizantes x commodities agrícolas.

PERFIL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Há 48 anos no mercado, a Fertilizantes Heringer S.A, com sede na cidade de Viana, no estado do Espírito Santo, é uma das Companhias nacionais pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes.

A Heringer teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos especiais, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia opera através de 19 unidades de misturas, distribuídas nas principais regiões de consumo do Brasil, além de possuir uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de superfosfato simples (SSP).

Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais através de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização, a Heringer abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.



PERSPECTIVAS

A CONAB prevê que a produção brasileira de grãos na safra 2016/17 deverá atingir 219 milhões de toneladas, 17,6% superior à de 2015/16, o que representa 32,8 milhões de toneladas a mais do que o registrado anteriormente.

Ainda de acordo com a CONAB, a soja continuará sendo a principal cultura em termos de produção de grãos no país, podendo atingir 105,5 milhões de toneladas - aumento de 10,6% sobre a safra 2015/16. O milho, poderá atingir 87,3 milhões de toneladas de produção para a safra 2016/17 (58,5 milhões de toneladas de milho segunda safra e 28,8 milhões de toneladas de milho safra verão). A área plantada de grãos 2016/17 aponta para um crescimento previsto de 2,1% em relação à safra passada, podendo atingir 59,5 milhões de hectares.

Para a cana, a CONAB projeta uma safra de 694 milhões de toneladas, 4,4% maior que a safra 2015/16.

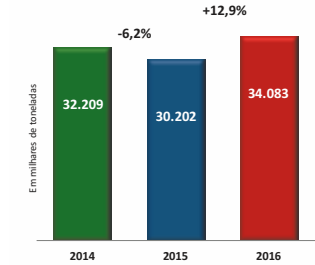
A maior remuneração dos produtores de café na última safra motivou os investimentos na cultura, entretanto, a seca e altas temperaturas nas principais regiões produtoras no Brasil reduziram a produção da safra 2015/16. Diante disso, os preços do café têm se mantido firmes no mercado.

Os desafios do agronegócio brasileiro devem continuar sendo os custos logísticos para escoamento da produção agrícola bem como adequado financiamento ao produtor agrícola a custos competitivos para suportar o aumento da produção agrícola.

Assim como em 2016, as importações de fertilizantes devem se manter em cerca de 70% dos fertilizantes consumidos no Brasil em 2017 uma vez que a produção nacional não tem sido suficiente para atender o mercado. Em 2017, as entregas de fertilizantes no Brasil devem atingir 35,0 milhões de toneladas, volume cerca de 3,0% superior em relação a 2016 e um novo recorde.

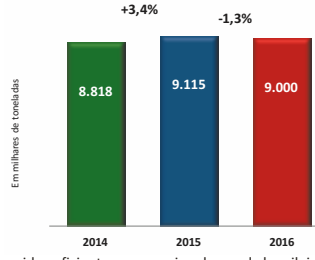
MERCADO BRASILEIRO

Em 2016 o mercado brasileiro de fertilizantes cresceu 12,9% em relação ao ano anterior, atingindo 34.083 mil toneladas.

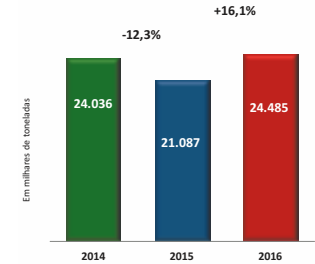


De acordo com a ANDA, as entregas no mercado brasileiro de fertilizantes no 4T16 foram de 9.654 mil toneladas, superior em 22,1% ao 4T15, de 7.908 mil toneladas. Em 2016, as entregas somaram 34.083 mil toneladas, aumento de 12,9% em relação a igual período de 2015, que correspondem a 3.881 mil toneladas.

A produção brasileira de fertilizantes em 2016 teve uma queda de 1,3% à registrada em 2015, atingindo 9.000 mil toneladas mas ainda insuficiente para atender a demanda superior a 34.000 mil toneladas.

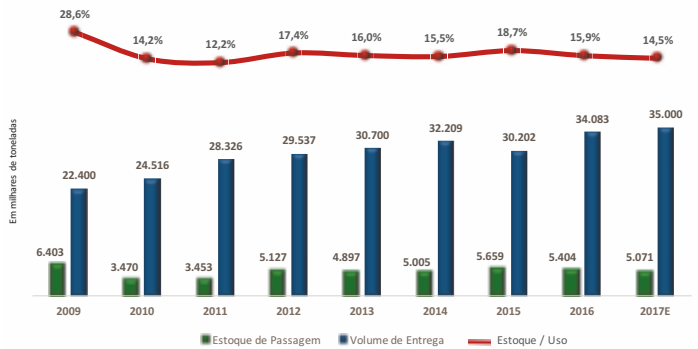


Como a produção local não tem sido suficiente para suprir a demanda brasileira, as importações de matérias primas de fertilizantes cresceram 16,1% em 2016, atingindo 24.485 mil toneladas, ajustando a demanda do mercado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

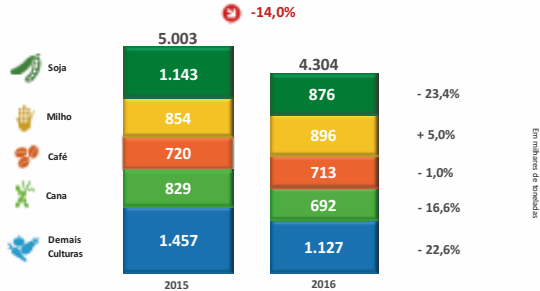
O estoque de passagem recuou de 5.404 mil toneladas em 2015 para 5.071 mil toneladas em 2016. O volume de entregas passou de 30.202 mil toneladas em 2015 para 34.083 mil toneladas em 2016 e a Heringer estima um mercado da ordem de 35.000 mil toneladas para 2017. Assim, a relação estoque/uso, que em 2016 foi de 15,9% cairia para 14,5% em 2017.



Como salientado acima, a empresa estima que o mercado brasileiro de fertilizantes volte a crescer em 2017 (+ 3,0%), atingindo 35.000 mil toneladas, um novo recorde.

ENTREGAS - HERINGER

Em 2016, a Heringer entregou 4.304 mil toneladas, 14,0% inferior ao volume entregue em 2015.



ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2016, o volume entregue da Companhia foi inferior em 14,0% ao de 2015, atingindo 4.304 mil toneladas, sendo 4.270 mil para o mercado brasileiro e 34 mil para exportação.

A receita líquida de 2016 foi de R\$ 5.194,9 milhões, inferior em 17,7% a de 2015, de R\$ 6.308,4 milhões. A receita líquida de 2016 caiu em relação ao mesmo período de 2015 por conta da queda de 14,0% no volume entregue, menores preços de matérias primas de fertilizantes no período assim como uma menor taxa de câmbio.

O lucro bruto de 2016 foi de R\$ 637,2 milhões, superior em 15,5% ao de 2015, de R\$ 551,6 milhões. A margem bruta de 2016 foi de 12,3%, superior a de 2015, que foi de 8,7%. Os fretes e comissões no 2016 foram de R\$ 241,4 milhões, representando 4,6% da receita líquida, inferior aos R\$ 272,9 milhões de 2015, cujo percentual da receita líquida foi de 4,3%.

As despesas VG&A (sem fretes e comissões) caíram 1,2% em 2016, atingindo R\$ 199,9 milhões (3,8% da receita líquida) contra R\$ 202,3 milhões de 2015 (3,2% da receita líquida).

O EBITDA de 2016 foi de R\$ 249,6 milhões, representando uma margem de 4,8%, superior em 25,9% ao de 2015 que foi de R\$ 198,2 milhões, com margem de 3,1%.

As despesas financeiras líquidas de 2016 apresentaram uma forte queda por conta da redução da dívida e valorização cambial do período, atingindo R\$ 137,5 milhões, contra R\$ 662,0 milhões de 2015 (impactadas pela forte desvalorização cambial). Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 105,1 milhões negativos, variação cambial positiva de R\$ 261,8 milhões e perda com operações de hedge no valor de R\$ 294,2 milhões.

Em 2016, o lucro líquido foi de R\$ 43,2 milhões, significativamente melhor que o resultado líquido negativo de R\$ 335,7 milhões de 2015.

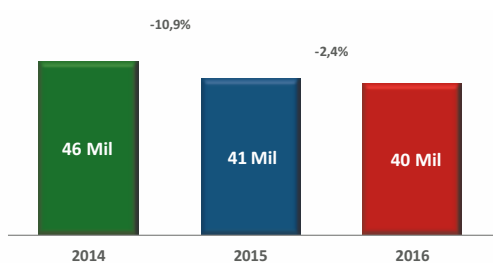
	2016	% RL	2015	% RL	Δ % 16/15
Volume	4.304.385		5.003.330		-14,0%
Receita Líquida	5.194.970	100,0%	6.308.405	100,0%	17,7%
CPV	(4.557.742)	-87,7%	(5.756.787)	-91,3%	20,8%
Lucro Bruto	637.228	12,3%	551.618	8,7%	15,5%
Fretes e Comissões	(241.444)	-4,6%	(272.941)	-4,3%	-11,5%
VG&A	(199.859)	-3,8%	(202.319)	-3,2%	1,2%
EBITDA	249.578	4,8%	198.163	3,1%	-25,9%
Rec/(Desp) Financeira, líquida	(137.485)	-2,6%	(662.038)	-10,5%	-79,2%
Resultado Líquido	43.190	0,8%	(335.967)	-5,3%	112,9%

Apesar da continuidade da paralisação temporária da unidade de produção de SSP e ácido sulfúrico, as unidades encontram-se em adequado nível de manutenção mesmo estando paralizadas. Com relação à ação civil pública de Paranaguá - PR, a fase instrutória encontra-se encerrada e atualmente os autos estão conclusos para sentença do juiz de primeira instância.

	Distribuição de Fertilizantes				Produção de SSP e Ácido Sulfúrico				Total Companhia	
	2016	% RL	2015	% RL	2016	% RL	2015	% RL	2016	2015
Receita líquida	5.194.970	100,0%	6.308.405	100,0%		0,0%	-	0,0%	5.194.970	6.308.405
CPV	(4.536.008)	-87,3%	(5.734.161)	-90,9%	(21.735)	-100,0%	(22.626)	-100,0%	(4.557.742)	(5.756.787)
Lucro Bruto	658.962	12,7%	574.245	9,1%	(21.735)	-100,0%	(22.626)	-100,0%	637.228	551.618
Fretes e Comissões	(241.444)	-4,6%	(272.941)	-4,3%		0,0%	-	0,0%	(241.444)	(272.941)
VG&A	(199.859)	-3,8%	(202.319)	-3,2%		0,0%	-	0,0%	(199.859)	(202.319)
EBITDA	260.633	5,0%	210.074	3,3%	(11.055)	-100,0%	(11.911)	-100,0%	249.578	198.163

NÚMERO DE CLIENTES

Em 2016, o número de clientes se manteve basicamente em linha com o mesmo período do ano anterior, com cerca de 40 mil clientes.



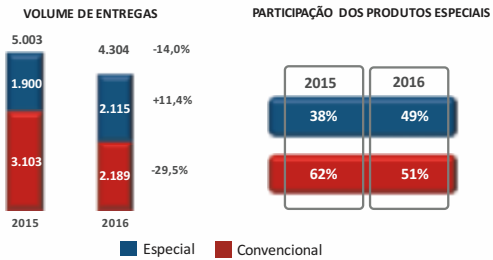
INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Heringer possuía o montante de R\$ 556,1 milhões em imobilizado, investimentos e intangível.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Com objetivo de intensificar e potencializar a produtividade das lavouras, além dos produtos convencionais, a Heringer disponibiliza para os seus clientes uma linha de fertilizantes especiais. Formada por produtos de excelente desempenho agrônômico, que proporcionando maior rendimento às lavouras e um melhor custo benefício, os produtos especiais têm contribuído para a fidelização dos nossos clientes.

Em 2016, o volume de vendas foi de 4.304 mil toneladas, 14,0% inferior ao de 2015 que atingiu 5.003 mil toneladas. Deste volume, 49% foram vendas de produtos especiais, que cresceram 11,4% em relação a 2015 atingindo um volume recorde de 2.115 mil toneladas.



A Heringer investe continuamente em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias que possam vir a ser aplicadas na produção de fertilizantes. Esse trabalho permite ter uma linha completa de fertilizantes sólidos

(com destaque para FH Humics, FH Micro Total e FH Nitro Mais®), de fertirrigação e foliares, ou seja, produtos com diferentes teores de nutrientes, adaptados às necessidades específicas das mais diversas culturas e que geram melhor produtividade e consequentemente melhores resultados financeiros para o agricultor.

A Companhia possui um corpo técnico capacitado, composto por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e zootecnistas, profissionais que estão em constante atualização com as novas tendências de adubação para as diversas culturas.

Além disso, a Heringer mantém três centros de estudo e pesquisa, sendo um dedicado à cultura do café, um ao manejo e adubação de pastagens e outro aos estudos do agronegócio. Os resultados gerados nesses centros viabilizam o estreitamento no relacionamento com os produtores rurais, bem como dão respaldo técnico para a comercialização dos nossos produtos especiais. As pesquisas internas são divulgadas pelo corpo técnico e consultores especializados, em palestras, dias de campo e outros eventos do setor agropecuário.

Cepec (Centro Experimental de Extensão e Pesquisa Cafeeira Eloy Carlos Heringer) - Uma iniciativa da Heringer em parceria com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), situado em Martins Soares-MG, desde 1994, é considerado referência nacional em desenvolvimento tecnológico para a cafeicultura de montanha, recebendo, anualmente, aproximadamente 1.000 produtores rurais e técnicos em suas reuniões sobre resultados de pesquisas.

Cemap (Centro de Manejo e Adubação de Pastagens) - desde 2003, promove visitas e reuniões com agricultores, pesquisadores, pecuaristas e técnicos, com o objetivo de difundir os resultados e conhecimentos ali gerados. O centro possui uma extensa área de pastagem, que é destinada ao sistema de produção e simula a realidade do campo. São testados diferentes níveis de adubação em diferentes espécies forrageiras para conhecimento e demonstração da exigência nutricional de cada uma.

Ceagro (Centro de Estudos do Agronegócio) - Localizado no município de Vila Velha-ES, é um dos pilares do trabalho de excelência realizado pela Heringer, com uma estrutura disponível para estudar e desenvolver novas técnicas agrícolas.

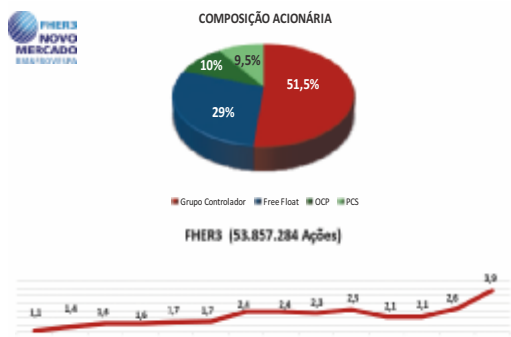
MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Atualmente, a FHER3 é a única empresa de fertilizantes listada na BM&FBOVESPA, tornando-se uma oportunidade atrativa para investimento.

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), desde abril de 2007 sob o código FHER3. A Heringer participa dos índices ITAG, IGC e IGC-M.

A Heringer possui bons fundamentos, como um significativo potencial de crescimento num mercado competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida, amplo portfólio de produtos especiais, gestão sólida, entre outros.

Em 2015, a Companhia trouxe dois importantes sócios para sua base acionária: a OCP, líder global na produção de rocha fosfática, com uma participação de 10% no capital, e a PCS, líder mundial na produção de cloreto de potássio, com uma participação de 9,5%.



DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanesçam após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 23.144, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2016, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2013	2014	2015	2016	Total
PSDI (i)	134.389	25.099	19.575	17.970	197.033
Desenvolve (ii)	-	-	-	3.946	3.946
Outros Incentivos Recebidos	5.457	-	-	1.288	6.685
	139.846	25.099	19.575	23.144	207.664

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

SUSTENTABILIDADE

Com o objetivo de agregar transparência às práticas de sustentabilidade, em 2016, a Heringer divulgou o seu 5º Relatório de Sustentabilidade, seguindo os padrões dos indicadores da GRI (Global Reporting Initiative).

O relatório demonstra o engajamento e o compromisso da Companhia com a sustentabilidade, para com seus colaboradores, clientes, investidores, fornecedores, parceiros e a sociedade de forma geral.

As informações contidas no relatório são referentes ao desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental de todas as suas unidades e dão continuidade ao seu primeiro relatório, referente a 2011, que desde então passou a ser anual.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31 de dezembro de 2016, o quadro era composto por 3.041 colaboradores diretos, distribuídos em 2.932 próprios, 6 estagiários e 103 aprendizes. Além destes, contava ainda com 28 aprendizes registrados nas instituições credenciadas e com 218 colaboradores de empresas contratadas.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação e transporte.

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço.

RELAÇIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Heringer obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, os seguintes serviços que não os de auditoria externa em 2016:

1. Revisão de tributos diretos, indiretos, trabalhistas e riscos.
2. Diagnóstico ICMV 552 - Diagnóstico das Políticas de Gerenciamentos de Riscos e Controles Internos da Companhia.
3. Procedimentos Previamente Acordados relativos a aferição de covenants financeiros.
4. Discussão de considerações contábeis referente à hipótese de adoção de Hedge Accounting.

Os honorários relativos a esses serviços totalizaram R\$ 520.062.

Adicionalmente, a política adotada pela Heringer atende aos princípios que preservam a independência do auditor, para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

CONCLUSÕES FINAIS

A Administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano.

Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A Fertilizantes Heringer, neste contexto, continuará focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de toda a sua equipe, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)							
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	64.550	69.550	Fornecedores	11	978.545	849.354
Contas a receber de clientes	4	466.987	545.757	Forfait	12	188.706	289.612
Estoque	5	703.380	1.008.303	Empréstimos e financiamentos	13	858.662	1.594.540
Tributos a recuperar	6	101.341	99.775	Salários e encargos sociais		23.857	23.310
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	53.046	37.259	Tributos a recolher		8.709	2.311
Créditos tributários adquiridos	14	135.866	-	Adiantamentos de clientes		215.122	190.497
Instrumentos financeiros derivativos	8	222	27.864	Instrumentos financeiros derivativos	8	12.287	14.402
Bonificações de compras		11.963	51.683	Outros passivos		58.313	42.726
Outros ativos		38.438	34.988			2.344.201	3.006.752
		1.575.793	1.875.179	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos	13	194.606	64.625
Contas a receber de clientes	4	81	356	Provisão para contingências	14	27.530	16.119
Tributos a recuperar	6	285.263	327.000			80.744	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	183.540	165.647	Total do passivo		2.566.337	3.087.496
Outros ativos		11.218	10.101				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	183.649	182.188	Patrimônio líquido	15		
Créditos tributários adquiridos	14	29.905	164.185	Capital social		585.518	585.518
Depósitos judiciais	14	30.033	28.306	Ajuste de avaliação patrimonial		41.492	42.456
Imobilizado	10	549.158	573.132	Prejuízos acumulados		(337.803)	(381.960)
Intangível		6.904	7.416	Total do patrimônio líquido		289.207	246.014
		1.279.751	1.458.331	Total do passivo e patrimônio líquido		2.855.544	3.333.510
Total do ativo		2.855.544	3.333.510				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)							
		2016	2015			2016	2015
Receitas				Distribuição do valor adicionado			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		5.253.137	6.378.220	Pessoal			
Outras receitas		12.444	85.848	Remuneração direta		133.147	136.741
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12.206	48.750	Benefícios		46.121	46.121
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa		(3.906)	(18.769)	FGTS		8.844	8.880
		5.273.881	6.494.049			186.557	191.842
Insunso adquirido de terceiros				Impostos, taxas e contribuições			
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(4.535.840)	(5.729.412)	Federais		(2.638)	(194.798)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(417.127)	(509.437)	Estatuados		(88.244)	(105.928)
Perda/recuperação de valores ativos		(22.956)	(22.647)	Municipais		976	867
Outras		(980)	(4.735)			(89.906)	(299.859)
		(4.976.903)	(6.266.231)	Remuneração de capitais de terceiros			
Valor adicionado bruto		296.978	227.818	Juros		779.587	1.560.949
Depreciação e amortização		(51.776)	(51.106)	Aluguéis		8.565	13.330
Valor adicionado líquido produzido		245.202	176.712	Outras		19.578	19.275
Valor adicionado recebido em transferência						807.730	1.593.554
Receitas financeiras		701.261	970.509	Remuneração de capital próprio			
Outras		1.108	2.349	Lucro retidos (prejuízo)		43.190	(335.967)
		702.369	972.858			43.190	(335.967)
Valor adicionado total a distribuir		947.571	1.149.570	Total do valor distribuído		947.571	1.149.570
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							



FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)		
	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	60.317	(514.982)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.280)	14.004
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.690	1.553
Depreciação do ativo imobilizado	51.265	50.304
Amortização do ativo intangível	511	802
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	467	(6.578)
Provisão para ajuste a valor justo de bens destinados à venda	(73)	41
Reversão prov. deságio de imposto a recuperar	(8)	-
Juros não realizados de debêntures	-	27.158
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados	615	684
Provisão para contingências, líquidas	11.411	5.349
Juros e encargos financeiros sobre ativo não circulante	(2.931)	(41)
Juros e encargos financeiros ativo e passivo circulante	-	-
Juros e variações cambiais não realizados das contas a receber de clientes, importações em andamento, de demais contas a receber, de fornecedores, de empréstimos e financiamentos	(154.326)	78.302
"Swaps" não realizados	25.528	22.452
	(10.814)	(320.945)
Redução (aumento) nas contas de ativos		
Contas a receber de clientes	86.204	206.308
Estoques	303.233	(149.085)
Tributos a recuperar	(35.840)	(127.088)
Outros ativos	(4.549)	2.223
Depósitos judiciais	(598)	1.395
Bonificações de compras	37.546	(20.945)
Recuperação de créditos tributários, precatórios e valores sub judge	1.345	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais
A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana do Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados na Bahia e em Goiás. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SPSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2017, para divulgação em 03 de março de 2017.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Continuidade operacional

De fato, com a expectativa de crescimento do PIB em torno de 0,50% em 2017, a Companhia trabalha com incremento real de seu faturamento, em todas as suas receitas. Com os cortes de despesas já efetuados em 2016, cujos reflexos serão sentidos em 2017, a Companhia espera atingir um resultado operacional mais elevado do que aqueles verificados anteriormente, e um nível maior de eficiência. Também, como executado em 2016, o volume de CAPEX deverá manter-se baixo sem prejuízo às operações.

Além disso, com a melhoria do cenário político e econômico local bem como o conhecido volume esperado para a safra de 17/18 a Companhia deverá continuar gerando recursos para a redução do nível de endividamento alterando um crescimento mais rentável para os exercícios subsequentes.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "Forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos e contingências; e (iii) valor justo de instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

a) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de *hedge (hedge accounting)*.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do argumento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

d) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de Importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

2.3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 38	A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> . A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilização de <i>hedge</i> , é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilização de <i>hedge</i> .
(IFRS 9) - Instrumentos Financeiros		

	2016	2015
Aumento (redução) nas contas de passivos		
Fornecedores	187.418	(91.168)
Forfait	(100.906)	(5.799)
Contratação de financiamentos de importação	1.146.622	2.299.503
Pagamento do valor principal de financiamentos de importação	(1.715.014)	(2.071.745)
Salários e encargos sociais	(68)	288
Tributos a recolher	6.398	89
Adiantamentos de clientes	24.625	22.185
Demais contas a pagar	16.680	662
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(136.733)	(110.233)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(194.451)	(364.355)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	(9)	(3.700)
Adições em investimentos	(6)	(6)
Aquisição de imobilizado	(29.493)	(92.106)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	22.686	23.766
Adições no ativo intangível	-	(299)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.816)	(72.345)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Contratação de empréstimos e financiamentos	1.930.504	491.460
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.647.553)	(349.232)
Aumento do capital social	-	136.772
Pagamento de debêntures	(86.684)	(86.658)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	196.267	192.342
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.000)	(244.358)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.550	313.908
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64.550	69.550

Norma Principais pontos introduzidos pela Norma Impactos da adoção

A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originais de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflète a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da norma, considerando a natureza dos arrendamentos sob um único modelo no balanço. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da norma, considerando a natureza dos arrendamentos sob um único modelo no balanço. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da norma, considerando a natureza dos arrendamentos sob um único modelo no balanço.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento mercantil
A IFRS 16 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originais de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflète a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da norma, considerando a natureza dos arrendamentos sob um único modelo no balanço. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da norma, considerando a natureza dos arrendamentos sob um único modelo no balanço.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento mercantil
A IFRS 16 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originais de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflète a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de perda de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compradas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	Taxa média	2016	2015
Disponibilidades		54.852	35.155
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	2.633	3.935
Debêntures - operações compromissadas	(ii)	96,0 % do CDI	30.460
		64.550	69.550

(i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

(ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	2016	2015
Contas a receber no país	506.511	592.842
Contas a receber no exterior	1.284	1.176
Ajuste a valor presente	(6.744)	(8.641)
	501.051	585.377
	(33.983)	(39.264)
	467.068	546.113
	(466.987)	(545.757)
	81	356

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,80% em dezembro 2015) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica "Receita Financeira".

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e os dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes no valor de R\$96.063 (R\$76.189 em 2015) encontram-se vencidas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2016	2015
Até três meses	24.592	11.599
De três a seis meses	7.505	13.481
Mais de seis meses	63.966	51.109
	96.063	76.189

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$33.983 (R\$39.264 em 31 de dezembro de 2015), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2016	2015
Até seis meses	382	1.957
Mais de seis meses	33.601	37.307
	33.983	39.264

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	39.264	25.260
Constituição da provisão (i)	3.501	18.587
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incorríveis	(8.782)	(4.583)
Saldo final	33.983	39.264

(i) Registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do período.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	2016	2015
Matérias-primas e embalagens	509.231	824.978
Importações em andamento	179.332	160.564
Adiantamentos a fornecedores	3.717	5.704
Almoxarifado	12.790	18.611
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.690)	(1.554)
	703.380	1.008.303

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos representados por contratos "NDFs" e "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nacional)	Valor justo líquido
	31/12/2016	31/12/2016
Posição líquida	440.852	1.417.731
		(12.065)
		13.463

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do período, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 22).

a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha contratos derivativos de "swaps" no valor nominal total de R\$440.852 (R\$10.499 em 31 de dezembro de 2015) com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial, a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano menos 0,86 % ao ano e é responsável por pagar 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2015 detinha também contratos derivativos de "NDFs" no valor nominal de R\$1.417.731).

b) Vencimento dos contratos de "swaps"

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)
Em 1 mês	53.732
De 1 a 2 meses	31.000
De 3 a 4 meses	30.121
De 5 a 6 meses	18.069
De 7 a 8 meses	2.346
	135.268

9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS



FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, e são liquidados em dinheiro. Houve garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas, vide Nota 10.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos). O contrato com a OCP prevê o volume mínimo de 320 mil toneladas por ano.

Em dezembro de 2016 a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios. A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas, vide Nota 10.

b) Remuneração de partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração das partes relacionadas foi como segue:

	2016	2015
Salários e encargos	3.805	4.411
Honorários dos administradores	2.691	2.415
Participação nos lucros	206	214
Plano de previdência privada	346	344
Outros	119	121
	7.167	7.505

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387		147.801	11.565	79.755	541.057
Aquisições	-	150		1.652	5.843	72.742	99.567
Baixas	-	(6.395)		(4.748)	(1.006)	(64)	(17.188)
Depreciação e amortização	-	(7.973)		(38.551)	(3.780)	(4.975)	(50.304)
Transferências	1.378	72.735		41.386	1.241	(86.529)	(30.211)
Em 31 de dezembro de 2015	66.340	278.904		147.540	13.863	65.904	573.132
Aquisições	-	-		1.260	1.128	43.544	45.510
Baixas (i)	-	(2.892)		(14.666)	(533)	-	(17.091)
Depreciação e amortização	-	(10.135)		(37.411)	(3.718)	(5.061)	(51.264)
Transferências	-	37.025		43.904	856	(81.785)	30
Em 31 de dezembro de 2016	66.340	302.902		140.627	11.596	65.904	549.158
Saldo em 31 de dezembro de 2015							
Custo	66.340	328.224		321.474	31.883	65.904	581
Depreciação e amortização	-	(49.320)		(173.934)	(18.020)	-	(241.274)
Valor residual líquido	66.340	278.904		147.540	13.863	65.904	581
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Custo	66.340	361.109		339.731	32.179	27.663	30
Depreciação e amortização	-	(58.207)		(199.104)	(20.583)	-	(277.894)
Valor residual líquido	66.340	302.902		140.627	11.596	27.663	30
(i) Baixas	-	(2.892)		(14.666)	(533)	(5.061)	(23.152)
- Custo	-	(4.140)		(26.909)	(1.686)	-	(37.796)
- Depreciação e amortização	-	1.248		12.243	1.153	-	14.644

Em 31 de dezembro de 2016, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) Porto Alegre - RS; (ii) Rondonópolis - MT. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$818 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2015). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	2016	2015
Contas a pagar no país	166.680	90.822
Contas a pagar no exterior	811.865	758.532
	978.545	849.354

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente no valor de R\$10.754 (R\$11.762 em 31 de dezembro de 2015) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

12. Operações de "Forfait"

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "Forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras intermediando aquisição de matérias-primas com determinados fornecedores alonga substancialmente o prazo de pagamento das referidas compras contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia. Considerando as características de tais transações e clientes do Oficial Circular CVM nº 01/2017 de 12 de janeiro de 2017, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

	Taxa de juros	Prazo	2016	2015
Forfait US\$57.901 mil (US\$74.168 mil em 31 de dezembro de 2015)	VC + 4,35% a.a.	287 dias	188.706	289.612

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, liquidados dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2016	2015
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i)				
Fixo US\$179.522 (US\$343.215 em 31 de dezembro de 2015)	VC + 3,24 % a.a.	VC + 5,97 % a.a.	585.081	1.340.188
Capital de Giro Fixo US\$7.869 (US\$11.883 em 31 de dezembro de 2015)	VC + 2,62% a.a.	VC + 7,16%	25.645	46.401
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	168,10 do DI a.a.	DI a.a.	325.911	116.867
Finame	5,39 % a.a.	5,93 % a.a.	5.973	7.946
Operações de Crédito Rural (iii)	9,26% a.a.	9,26% a.a.	18.713	21.402
Outras obrigações	VC+Libor+3,0% a.a.	VC+Libor+3,0% a.a.	15.211	12.773
BNDES	98,87% do DI a.a.	DI a.a.	30.133	25.360
Mútuo	15,0% a.a.	15,0% a.a.	46.602	-
Debêntures (iv)	DI +3,25% a.a.	DI +3,95% a.a.	-	88.828
			1.053.269	1.659.165
			(858.662)	(1.594.540)
			194.607	64.625

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembarco da operação. Em 31 de dezembro de 2016, 24,8% (16,2% em 31 de dezembro de 2015) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, 53% do saldo tem vencimento em 2017 e 47% vencimento até 2019. Em 31 de dezembro de 2016, 20% (22,2% em 31 de dezembro de 2015) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 24% através de operação de FIDC da Companhia, 28% está garantido por precatório federal, 15% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia gestora dessas operações. Do total de R\$18.713 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2016, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas.

iv) Debêntures

	Quantidade	31 de dezembro de 2015
Série	Emissão	Valor nominal
FHER12	26.000	6/5/2013 10.000
	DI + 3,25% a.a.	
	88.228	88.228
	88.228	88.228

Em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com valor nominal de R\$10.000 cada, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros tem vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possuía vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, e já foram pagas no vencimento, em 10 de novembro de 2014, 2015 e 2016.

v) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
2016	-	1.594.540
2017	858.662	37.904
2018	156.696	26.721
2019 em diante	37.911	-
	1.053.269	1.659.165

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para contingências era composta como segue:

	2016	2015
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	1.825	3.771
(-) Depósitos judiciais	(1.037)	-
Trabalhistas e previdenciárias	24.729	11.955
(-) Depósitos judiciais	(4.453)	(3.015)
Cíveis e ambientais	20.276	8.940
(-) Depósitos judiciais	(51)	(171)
	925	222
Total	27.530	16.119
Provisão para contingências	(5.541)	(3.185)
(-) Depósitos judiciais	21.989	12.934

i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	16.119	10.770
Adição líquida	3.120	2.104
Atualização monetária	8.291	3.245
Saldo final	27.530	16.119

ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	2016	2015
Tributários e administrativos	14.824	11.395
Cíveis e ambientais	5.808	5.540
Previdenciários	3.316	6.634
Trabalhistas	6.085	4.737
	30.033	28.306

iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2016	2015
Tributárias e administrativas	304.102	224.215
Trabalhistas e previdenciárias	80.603	29.005
Cíveis e ambientais	117.772	99.492
	502.476	352.713

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS, principalmente, em decorrências de atuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 25	2,97
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	13,40
Outros	De 10 a 25	19,95

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$231.843 em 31 de dezembro de 2016 (R\$232.705 em 31 de dezembro de 2015), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387		147.801	11.565	79.755	541.057
Aquisições	-	150		1.652	5.843	72.742	99.567
Baixas	-	(6.395)		(4.748)	(1.006)	(64)	(17.188)
Depreciação e amortização	-	(7.973)		(38.551)	(3.780)	(4.975)	(50.304)
Transferências	1.378	72.735		41.386	1.241	(86.529)	(30.211)
Em 31 de dezembro de 2015	66.340	278.904		147.540	13.863	65.904	573.132
Aquisições	-	-		1.260	1.128	43.544	45.510
Baixas (i)	-	(2.892)		(14.666)	(533)	-	(17.091)
Depreciação e amortização	-	(10.135)		(37.411)	(3.718)	(5.061)	(51.264)
Transferências	-	37.025		43.904	856	(81.785)	30
Em 31 de dezembro de 2016	66.340	302.902		140.627	11.596	65.904	549.158
Saldo em 31 de dezembro de 2015							
Custo	66.340	328.224		321.474	31.883	65.904	581
Depreciação e amortização	-	(49.320)		(173.934)	(18.020)	-	(241.274)
Valor residual líquido	66.340	278.904		147.540	13.863	65.904	581
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Custo	66.340	361.109		339.731	32.179	27.663	30
Depreciação e amortização	-	(58.207)		(199.104)	(20.583)	-	(277.894)
Valor residual líquido	66.340	302.902		140.627	11.596	27.663	30
(i) Baixas	-	(2.892)		(14.666)	(533)	(5.061)	(23.152)
- Custo	-	(4.140)		(26.909)	(1.686)	-	(37.796)
- Depreciação e amortização	-	1.248		12.243	1.153	-	14.644

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$135.866 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo circulante e R\$29.905 no ativo não circulante, a Administração da Companhia, amparada na expedição da "Requisição de Pagamento" da Justiça Federal no montante de R\$130.482 de 20/06/16 referente ao valor incontroverso e na posição de seus consultores legais, tem a expectativa de receber o referido montante em dezembro de 2017 atualizado pelo IPCA-E, e o saldo dos créditos no prazo de cinco anos, incluindo a sua atualização monetária - IPCA-E e os juros correspondentes.

v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se aguardando decisão final de 1ª Instância (sentença).

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda era de R\$16.090 (R\$14.983 em 31 de dezembro de 2015).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

	31/12/2016	31/12/2015
Capital social	585.518	594.165
Custos com emissão de ações	-	(8.647)
	585.518	585.518

Em 12 de janeiro de 2015, a OCP International Coöperatieve U.A. subscreeveu 5.385.742 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00 por ação ordinária. Além da OCP, outros acionistas exerceram o direito de preferência configurando um aumento de capital social da Companhia no montante total de R\$145.419.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para IFRS e IFRS.

c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2016, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$23.144, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2016, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2013	2014	2015	2016	Total
PSDI (i)	134.389	25.099	19.575	17.970	197.033
Desenvolve (ii)	-	-	-	3.946	3.946
Outros incentivos recebidos	5.457	-	-	1.228	6.685
	139.846	25.099	19.575	23.144	207.664

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal originalmente concedido em março de 2006 para a unidade localizada em Rosário do Catete - SE e tem duração garantida até 2015. A partir de 2011 o benefício foi estendido para a unidade de Camapari - BA e tem duração garantida até 2020. A partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023, a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias - BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transfer



FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	1.626.639	11.894	28.583	6.255
Fornecedores	849.354	-	-	-
Forfait	289.612	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.402	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	846.429	158.048	77.629	2.252
Fornecedores	978.545	-	-	-
Forfait	188.706	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.287	-	-	-

e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos. A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial - os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$3,2591/US\$ e a taxa de CDI de 13,63% ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2016, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros - manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos - derivativos de cambiais

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$2.4443	R\$1.6296	R\$4.0739	R\$4.8887
"Hedge" - "swap"	(110.216)	(220.419)	110.216	220.419

Instrumentos financeiros não derivativos

- Câmbio

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$2.4443	R\$1.6296	R\$4.0739	R\$4.8887
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	158.138	316.257	(158.138)	(316.257)
Forfait	47.178	94.350	(47.178)	(94.350)
Financiamento de importação	146.275	292.531	(146.275)	(292.531)
Capital de giro	6.412	12.823	(6.412)	(12.823)
Demais contas a pagar	3.372	6.745	(3.372)	(6.745)
	361.375	722.706	(361.375)	(722.706)

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Fertilizantes Heringer S.A.

Viana - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa o fato de que a Companhia está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A Administração avaliou a adequação da utilização do pressuposto de continuidade operacional com base nas projeções de fluxos de caixa futuros os quais entende ser suficientes para o pagamento de suas obrigações de curto prazo, considerando ainda a existência de capital circulante líquido negativo de R\$768.408 mil em 31 de dezembro de 2016. Os cálculos que sustentam essa premissa de rentabilidade esperada futura requerem que a Administração faça julgamentos subjetivos e são essenciais para avaliar a adequação da metodologia adotada para a elaboração das demonstrações financeiras. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na avaliação da adequação da utilização deste pressuposto por parte da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de membros seniores da nossa equipe de auditoria e de um especialista em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como expectativa de entrada de caixa proveniente de vendas de produtos e de saída de caixa devido a compras de estoques e outras despesas operacionais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, incluídas na Nota 2.1 das demonstrações financeiras.

Análise de recuperabilidade de tributos diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As premissas da Administração que justificam o reconhecimento dos impostos diferidos ativos são julgamentos

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra “I” do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2016, esse índice ficou em 16,2% (27,3% em 31 de dezembro de 2015). O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2017.

24. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para a unidade de produção de Paranaguá - PR com limite máximo de indenização de R\$9.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações - MG e Uberaba - MG com limite máximo de indenização de R\$56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$29.500, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$100, para os equipamentos financiados pelo Finaime com limite máximo de indenização de R\$14.163, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$150.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$20.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

25. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

	2016			2015		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	-	5.273.231	5.273.231	-	6.416.122	6.416.122
Deduções e impostos sobre vendas	-	(78.260)	(78.260)	-	(107.717)	(107.717)
Receita líquida de vendas	-	5.194.970	5.194.970	-	6.308.405	6.308.405
Custos dos produtos vendidos	(21.735)	(4.536.008)	(4.557.742)	(22.626)	(5.734.161)	(5.756.787)
Lucro (prejuízo) bruto	(21.735)	658.962	637.228	(22.626)	574.244	551.618
Despesas operacionais			(439.426)			(404.562)
Despesas financeiras, líquidas			(132.562)			(662.038)
Lucro (prejuízo) operacional			60.317			(514.982)
Imposto de renda e contribuição social			(17.127)			176.075
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			43.190			(338.907)
Depreciação e amortização			51.776			51.107
EBITDA	10.680	41.096	51.776	10.715	40.392	51.107
	(11.055)	260.633	249.578	(11.911)	210.074	198.163

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

importantes e também subjetivos, uma vez que pressupõem a existência de que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o saldo de R\$183.649 mil de tributos diferidos ativos líquidos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Como resultado, a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos foi significativa para a nossa auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação na discussão e questionamento das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. Avaliamos também a projeção de geração de lucros tributáveis futuros suficientes com base em orçamentos, planos de negócios, discussões com a Administração, além de nosso conhecimento e experiência histórica. No questionamento relacionado às premissas, avaliamos a consistência destas premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros.

Analisamos ainda a adequação das divulgações da Companhia na Nota 7 das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2016			2015		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	3.164	700.216	703.380	3.253	1.005.050	1.008.303
Imobilizado	53.689	502.374	556.063	64.469	508.663	573.132
Demais ativos	-	1.594.554	1.594.554	-	1.752.075	1.752.075
Total dos ativos	56.853	2.797.144	2.853.997	67.722	3.265.788	3.333.510

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$10.680 (R\$10.175 em 2015).

26. Eventos subsequentes

Em 24/01/2017, a União Federal promoveu a restituição no montante de R\$41,5 milhões referentes a créditos tributários federais de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no regime de lucro real relativos ao exercício de 2013.

Composição da Diretoria	
Nome	Cargo
Dalton Carlos Heringer	Diretor-Presidente e Administrativo
Alfredo Fardin	Diretor Comercial
Rodrigo Bortolini Rezende	Diretor Financeiro e de RI
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	Diretor de Controladoria
Ulisses Maestri	Diretor de Suprimentos e Logística
	Diretor Técnico

Parecer do Conselho Fiscal	
O Conselho Fiscal da Companhia FERTILIZANTES HERINGER S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido, de acordo com o artigo 4º da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e a vista do parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, apresentado sem ressalvas, datado de 02 de março de 2017. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios, estudos e demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, manifestando-se, na forma do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.	
Viana – ES, 02 de março de 2017.	

Pedro Gilberto de Souza Gomes	Alfredo Gonçalves Martins	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Presidente do Conselho Fiscal	Conselheiro	Conselheiro

a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 2 de março de 2017.

 Building a better working world	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/F-6	Luís Alexandre Marini Contador CRC-1SP182975/O-5
---	--	---